

Ausências que ainda falam: narrar para que não morram novamente

Ausencias que aún hablan: narrar para que no mueran nuevamente

Andréia Lourenço dos Santos
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
andrea.uern@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-6176-1346>

RESUMO: Este artigo analisa a obra *Garotas mortas* (2021), da escritora argentina Selva Almada, investigando como a narrativa literária pode operar como instrumento ético-político de resistência ao apagamento das vítimas de feminicídio. A partir dos casos de Andrea Danne, María Luisa Quevedo e Sarita Mundín, demonstra-se que narrar essas ausências é um gesto de justiça simbólica com as vítimas, familiares e outras tantas mulheres que sofrem violência. Articulando a análise literária com estudos feministas decoloniais, o texto revela como a literatura se torna território de memória e resistência contra as estruturas patriarcais que naturalizam a violência de gênero. Conclui-se que, ao devolver voz às vítimas silenciadas, Almada transforma o luto em linguagem e o trauma em presença, afirmando que, enquanto houver quem conte, essas mulheres continuam existindo e suas mortes não serão normalizadas.

PALAVRAS-CHAVE: *Garotas mortas*; Selva Almada; feminicídio; resistência; memória.

RESUMEN: Este artículo analiza la obra *Chicas muertas* (2021), de la escritora argentina Selva Almada, investigando cómo la narrativa literaria puede operar como instrumento ético-político de resistencia al borramiento de las víctimas de feminicidio. A partir de los casos de Andrea Danne, María Luisa Quevedo y Sarita Mundín, se demuestra que narrar estas ausencias constituye un gesto de justicia simbólica para con las víctimas, familiares y tantas otras mujeres que padecen violencia. Articulando el análisis literario con los estudios feministas decoloniales, el texto revela cómo la literatura se erige en territorio de memoria y resistencia frente a las estructuras patriarcales que naturalizan la violencia de género. Se concluye que, al restituir la voz a las víctimas silenciadas, Almada transforma el luto en lenguaje y el trauma en presencia, afirmando que mientras haya quien las cuente, estas mujeres continúan existiendo y sus muertes no serán normalizadas.

PALABRAS CLAVE: *Chicas muertas*; Selva Almada; feminicidio; resistencia; memoria.

Homens têm medo de que as mulheres riam deles. Mulheres têm medo de que os homens as matem.

(Trecho tirado da série *The handmaid's tale*, 2018)

Ao se ligar a televisão num telejornal, ouvir uma rádio na hora do almoço ou rolar o *feed* de qualquer rede social provavelmente encontraremos alguma notícia sobre violência de gênero contra mulheres ocorrido nas últimas vinte e quatro horas no Brasil. No ano de 2024, tivemos um total de 1.450 feminicídios, 12 a mais que ano anterior (Almeida, 2025), e na Argentina, 243 mortes, contabilizando uma diminuição de 2,8% da contagem passada (Coutinho, 2025). Na maioria os casos, o agressor é do sexo masculino e faz parte da família, sendo muitas vezes o marido, pai, irmão, tio, avó, amigo ou vizinho da vítima. Mas, além de números, cada um desses casos mostra o quanto as vidas femininas ainda são tidas como um desafio num mundo onde os homens dão as cartas, escrevem as leis e comandam cada estrutura de poder existente na sociedade, agindo como donos dos nossos corpos e destinos.

Contudo, muito além de números, cada uma dessas mulheres era uma existência, representa uma família que fica esfacelada tentando lidar com a dor da ausência, muitas vezes com a injustiça ao ver o algoz liberto, vivo; enquanto corre um processo criminal sem fim ou até mesmo é inocentado. Na pior das hipóteses, além de todas as possíveis violações sofridas em vida, ainda temos milhares de casos em que os corpos das vítimas não são localizados, ficando somente dúvidas e o sofrimento da família sem respostas, sem poder encerrar um capítulo de dor e angústia, sem poder seguir em frente, sem poder dizer adeus e dar um enterro digno.

Uma das formas de não permitir que o desaparecimento dessas mulheres seja invisibilizado é através da narrativa de suas histórias: contar para não esquecer, narrar para que as gerações passadas e futuras se incomodem pela forma com que as vítimas foram/são tratadas. Podemos citar como exemplo o caso do sumiço de Priscila Belfort, irmã do lutador Vitor Belfort, no ano de 2004 e que é contado por meio da série documental *Volta Priscila*¹; e o da modelo Eliza Samudio, morta e esquartejada por seu amante, o goleiro Bruno e alguns comparsas no ano de 2010, sendo relatado no documentário *A vítima invisível: o caso Eliza Samudio*²; ambos lançados em 2024 pelos *streamings* Disney+ e Netflix, respectivamente.

¹ VOLTA Priscila. Direção: Eduardo Rajabally. Pesquisa e conteúdo: Bruna Rodrigues. São Paulo: Disney+, 2024. Série documental, 1 temporada.

² A VÍTIMA Invisível: O Caso Eliza Samudio. Direção: Juliana Antunes. Roteiro: Carol Pires, Caroline Margoni. São Paulo: Netflix, 2024. Documentário (1h41min).

Priscila ainda está desaparecida, sem vestígios do que possa ter acontecido ou de seu paradeiro; o corpo de Eliza nunca foi localizado.

Recentemente, foi-se noticiado o aparecimento misterioso do passaporte de Eliza num apartamento em Lisboa, levantando alguns questionamentos se ela ainda estaria viva, curtindo a vida longe de seu filho e incriminando falsamente o ex-atleta. Uma atitude covarde que corrobora com o pensamento patriarcal que sempre tenta imputar às mulheres vítimas o ônus da culpa e que manipula os fatos em favor dos agressores. A narrativa da “mulher que fingiu a própria morte” serve como argumento perverso para questionar não apenas o caso de Eliza, mas todos os relatos de violência de gênero, alimentando a desconfiança sistemática que cerca as denúncias femininas e perpetuando a lógica que protege agressores enquanto revitimiza aquelas que já não podem mais se defender.

Diante desse quadro perverso e desolador, cabe a nós, mulheres, e demais pessoas conscientes, não permitir que o silêncio se naturalize como resposta à violência que nos atravessa cotidianamente. É preciso falar, nomear, denunciar e, sobretudo, narrar as histórias daquelas que já não podem contar suas próprias versões. A literatura, nesse contexto, emerge como um território de resistência e memória, um espaço onde as ausências podem ainda falar e onde os corpos silenciados pela violência patriarcal encontram uma forma de reexistência. Assim, este artigo tem como objetivo analisar a obra *Garotas mortas* (2021), da escritora argentina Selva Almada, investigando como a narrativa literária opera como instrumento ético-político de combate ao apagamento das vítimas de feminicídio e pode agir como denúncia das estruturas patriarcais que perpetuam a violência de gênero.

Para tanto, realizamos uma leitura crítica da obra à luz dos estudos feministas decoloniais, trazendo para dialogar os estudos de Verónica Gago (2020), Julieta Paredes (2010), Hellieth Saffioti (2019) e Suzana de Castro (2020), assim, buscamos demonstrar que concordamos com Almada que, narrar as histórias de Andrea Danne, María Luisa Quevedo e Sarita Mundín e outras vítimas, é um gesto de justiça simbólica que impede que essas mulheres morram novamente pelo esquecimento, transformando a dor em palavra e o luto em resistência política.

O despertar de Selva Almada: quando uma garota morta nunca mais nos deixa

Na manhã de 16 de novembro de 1986, uma menina de treze anos ouve pelo rádio, durante um churrasco familiar em Villa Elisa, a notícia do assassinato de uma jovem de dezenove anos morta a facadas enquanto dormia em sua própria

cama, em San José, cidade vizinha, a vinte quilômetros de distância. Essa notícia atravessou a rotina doméstica do domingo como uma revelação perturbadora, fazendo a adolescente compreender que a casa de uma mulher não era o espaço mais seguro do mundo. Naquele momento, entre a normalidade do cotidiano e a violência anunciada pelo rádio, Almada tomou consciência de que o horror podia habitar sob o mesmo teto. Sua mão gelada sobre a própria pele, comparada à mão de um morto, materializou o entendimento de que a violência contra mulheres jovens não era um fato distante, mas uma realidade possível e próxima, inscrita na geografia do cotidiano de corpos femininos.

Assim, um fato que para muitos representa só mais um caso, para a argentina Selva Almada foi um marco que dividiria sua vida entre um antes ingênuo e um depois consciente da vulnerabilidade feminina. Andrea Danne, a jovem assassinada naquela madrugada, tornou-se presença fantasmática que acompanharia a escritora por mais de vinte anos, retornando a cada novo feminicídio noticiado, a cada nome que surgia nas manchetes e logo desaparecia na indiferença coletiva. Esse incômodo persistente, essa impossibilidade de esquecer, germinaria décadas depois na escrita de *Garotas mortas* (2021), obra na qual Almada não apenas investiga o assassinato de Andrea, mas também os casos de María Luisa Quevedo (1983) e Sarita Mundín (1988), três histórias atravessadas pela mesma violência de gênero, pela mesma impunidade, pelo mesmo silêncio social que naturaliza a morte de mulheres jovens:

Durante mais de vinte anos, Andrea esteve por perto. Voltava de quando em quando com a notícia de outra mulher morta. Iam se acumulando os nomes que apareciam a conta-gotas nas manchetes dos jornais de circulação nacional: Maria Soledad Morales, Gladys McDonald, Elena Arreche, Adriana e Cecilia Barreda, Liliana Tallarico, Ana Fuschini, Sandra Reitier, Carolina Aló, Natalia Melman, Fabiana Gandiaga, Maria Marta García Belsunce, Marela Martínez, Paulina Lebbos, Nora Dalmasso, Rosana Galliano. Cada uma me levava a pensar em Andrea e em seu assassinato impune. (Almada, 2021, p. 8)

Almada percebe que cada uma das meninas representa não um caso isolado, mas um sintoma social, universal. O sexismo, a negligência rotineira, o machismo institucional, a culpabilização das vítimas e a banalização da morte feminina formam um padrão. Ao escolher essas três histórias, que poderiam ter sido a sua, ou as de qualquer garota daquela geração, Almada revela um projeto narrativo que é também um projeto ético: “Éramos todas garotas mortas, e ainda não sabíamos” (Almada, 2021, p. 109).

Ao rememorar sua própria vivência, a autora expõe diversos casos de sexismo que se faz presente no cotidiano de várias mulheres: como é caso de sua mãe que quase levava um tapa do marido durante a primeira gravidez; de Marta, uma vizinha constantemente espancada pelo marido; de Beth, a dona da mercearia que morreu, ou por ter posto fim a sua vida por não mais suportar tanta violência, ou foi assassinada pelo marido que simulou seu suicídio; e da mulher do açougueiro López que o denunciou por estupro. Paredes (2020, p. 42) denuncia essa visão ao dizer “[...] que nós, mulheres, parecemos párias, não temos terra nem casa, temos muitos poucos lugares que podemos sentir como nossos, onde possamos nos sentir tranquilas e livres de violência sexual, física ou psicológica”. São histórias que se repetem em cada país, em cada momento da humanidade, em cada cidade, em cada rua, em cada família..., sendo tudo isso contabilizado na crença da diferença de gênero e da superioridade masculina.

No entanto, salientamos que “essa construção categorial da mulher na verdade é uma expressão socialmente construída do sexo biológico, baseada na incomensurabilidade dos sexos e na inferiorização do sexo feminino em relação ao sexo masculino” (Castro, 2020, p. 154). Portanto, a desigualdade estrutural não é apenas conceitual, pois se encarna nas práticas sociais, nas instituições e, como mostra *Garotas mortas*, no próprio corpo das mulheres, que passa a ser alvo de uma violência que pretende normatizar, controlar e, em casos extremos, eliminar. Por isso, assim como Paredes (2020), entendemos gênero não só como identidade, mas como denúncia. Denúncia de uma estrutura que faz da desigualdade entre homens e mulheres um pacto histórico, útil ao patriarcado moldado por lógicas coloniais, capitalistas e neoliberais.

Paredes acredita que, graças à ideia de gênero, aos corpos femininos reserva-se o lugar da inferioridade desde antes mesmo do nascimento e até depois da morte. É uma marca que atravessa a vida inteira, mesmo quando já não há mais vida. Por isso, enquanto persistir o gênero como ferramenta do patriarcado, haverá dominação dos homens sobre os corpos das mulheres, haverá violência, repressão e protecionismo do *status quo*. O silenciamento da violência de gênero é diário e constante sendo repetido à exaustão, seja ele na execução do próprio ato ou na descredibilidade das vítimas, escassez de políticas públicas para sua contenção e prevenção, até pela falta de investigação e punição aos responsáveis. Cada feminicídio não é apenas um ato isolado de violência, mas um “recado social”, um ritual público de dominação, que mantém as mulheres em estado de vigilância e medo.

O feminicídio desencadeia essa “pedagogia da crueldade”, indissociável de uma intensificação da “violência midiática”, que opera espalhando as agressões contra as mulheres ao mesmo tempo que difunde a mensagem do assassino e confirma um código de cumplicidade relativo a um modo de exercício da masculinidade. (Gago, 2020, p. 71)

Dessa forma, a violência de gênero posiciona a mulher como vítima estrutural, dada a desproporção de poder que concede ao homem controle sobre sua vida, evidenciada pela impunidade. Essa dinâmica não só a objetifica para o agressor, mas, perversamente, pode internalizar nela mesma a percepção de ser um objeto, minando sua capacidade de resistir ou alterar sua condição, seja sozinha ou em grupo, pois

Dada a organização social de gênero, de acordo com a qual o homem tem poder praticamente de vida ou morte sobre a mulher (a impunidade de espancadores e homicidas revela isso), no plano de fato, a mulher, ao fim e ao cabo, é vítima, na medida em que desfruta de parcelas muito menores de poder para mudar a situação. No que tange à violência de gênero, não é difícil observar que a mulher é considerada um mero objeto não apenas por seu agressor, mas por ela mesma. (Saffioti, 2019, p. 146)

O feminicídio, nessas condições, não aparece como um ato desviante, mas como uma manifestação de uma masculinidade hegemônica aceita e, por vezes, protegida socialmente. A cumplicidade está tanto nos silêncios quanto na naturalização dessas violências, reforçando o lugar do homem como detentor do poder de vida ou morte sobre as mulheres. Cabe, no entanto, salientar que não devemos considerar todos os homens como agressores em potencial e as mulheres como vítimas universais, pois tal binarismo reduz a complexidade das relações sociais, ao apresentar a sociedade como uma dicotomia entre indivíduos desprovidos de poder (as mulheres) e os detentores de poder (os homens). Para que se compreenda efetivamente a violência de gênero, é necessário situá-la historicamente, culturalmente e etnicamente, reconhecendo as especificidades de cada contexto social.

Corpos marcados: gênero como sentença

As mulheres que atravessam a experiência de Almada são essencialmente pertencentes às classes mais baixas da sociedade, moradoras de cidades pequenas, zonas rurais, subúrbios ou comunidades, potencializando sua vulnerabilidade. Desse modo, ao escolher contar a história de Andrea, María Luisa e Sarita, Almada não busca abrangência estatística, mas densidade simbólica de crimes que ocorrem

e que ficam sem respostas. Ao lembrar dessas meninas, escreve contra o esquecimento, contra a naturalização da violência e a impunidade, instaurando na literatura um espaço de memória e resistência para aquelas que a justiça e a sociedade abandonaram. Nesse sentido, Gago (2020) qualifica o feminicídio como uma “guerra” não por simetria de forças, mas pela intensidade e frequência assustadora das mortes de mulheres e LGBTQIA + por parceiros. É uma guerra silenciosa travada no interior das residências, no seio das famílias e da sociedade.

O que nos permitiria falar em guerra para denominar a escalada de mortes de mulheres, lésbicas, trans e travestis (80% delas nas mãos de amantes, namorados, maridos, ex ou atuais)? Claramente não se trata de uma guerra entendida como enfrentamento entre dois grupos simétricos, ou sob regras claras de contenda. Ainda assim, parece necessário qualificar desse modo o tipo de conflito que, só na Argentina, implica a morte de uma mulher, lésbica, travesti ou trans a cada trinta hora. (Gago, 2020, p. 53)

Assim, a autora sublinha a urgência de nomear a gravidade do conflito, que, embora sem regras formais, gera um massacre contínuo e devastador, exigindo uma linguagem que traduza sua brutalidade e caráter sistêmico. Num país em que o feminicídio só foi tipificado como crime no ano de 2012, três anos antes que o Brasil, na Argentina ainda são encontrados pensamentos e atitudes conservadoras quanto a esse tipo de crime. Tanto é que, recentemente, foi noticiado que o presidente argentino Javier Milei (Veja, 2025) pretende eliminar o conceito legal de feminicídio e revogar outras medidas que tratam de gênero, pois defende que “o feminismo radical é uma distorção do conceito de igualdade” ao aplicar “uma punição mais grave do que se matarmos um homem, simplesmente com base no sexo da vítima”, pois, segundo sua justificativa, “isso faz com que, legalmente, a vida de uma mulher valha mais do que a de um homem”.

Tal pensamento configura-se como um atraso gigantesco diante de toda a luta travada historicamente pelas mulheres, ao inverter a lógica estrutural que fundamenta a tipificação do feminicídio. A criação dessa categoria jurídica não estabelece hierarquia entre vidas, mas reconhece que determinadas mortes acontecem em razão do gênero e são atravessadas por uma longa tradição de violência, controle e subalternização dos corpos femininos. Ignorar essa especificidade significa apagar o contexto histórico e social que transforma o assassinato de mulheres em uma prática sistemática, reiterada e naturalizada. Mais do que uma questão penal, o feminicídio evidencia uma estrutura de poder que ainda insiste em

determinar quais corpos merecem proteção, memória e justiça. O que demonstra, mais uma vez, as formas com que o patriarcado age para manter seus privilégios.

Não podemos permitir nenhum retrocesso; não podemos permitir que nossos direitos sejam tolhidos; não podemos esquecer quantas mortes e arenas de batalhas foram travadas para que hoje, uma mulher possa viajar sozinha, estudar, use anticoncepcionais e seja, minimamente, protegida contra alguém que lhe deseje/infrinja a morte pelo simples fato de sermos mulheres e por não sermos mais um simples objeto ao dispor. Trazer à tona histórias como as de María Luisa, Sarita e Andrea, as “garotas mortas” de Selva Almada, é mais do que revisitar casos antigos: é um gesto de resistência contra o esquecimento que alimenta o ciclo da violência.

Em países como a Argentina e o Brasil, onde o feminicídio persiste como estatística cotidiana, olhar para essas ausências com escuta e palavra é uma forma de visibilizar o que tantas vezes se varre para debaixo do silêncio. Dar nome às vítimas, reconstruir suas vozes, denunciar a impunidade que nos cerca é também um modo de dizer: nenhuma mulher a menos. Porque só quando a memória é ativada como ato político, a morte pode deixar de ser repetida e “[...] as violências contra o corpo das mulheres e os corpos feminizados são lidas a partir de uma situação singular — o corpo de cada uma —, para então produzirem uma compreensão da violência como fenômeno total” (Gago, 2020, p. 55).

O que une Andrea, María Luisa e Sarita não é apenas a violência brutal que sofreram, mas o silêncio que se seguiu. A narradora, que é também mulher, escritora e sobrevivente simbólica do mesmo tempo e espaço, compartilha com elas uma geografia e uma idade, seu incômodo é (ou devia ser) comum a qualquer mulher que se coloca diante de casos similares e que, mesmo após tantos anos, seguem sem respostas. Durante toda a narrativa, Almada se coloca como alguém que escava vestígios: registros perdidos, arquivos incompletos, memórias falhas, depoimentos atravessados por medo e esquecimento. Ela escreve porque alguém precisa lembrar: “Não é o assassinato em si o que me comove, mas o silêncio posterior” (Almada, 2021, p. 25).

As histórias de Andrea Danne, María Luisa Quevedo e Sarita Mundín não se oferecem como narrativas lineares ou fechadas: são fragmentos, restos de uma presença violentamente interrompida que sobrevivem por entre silêncios, lacunas processuais e memórias dolorosas. Selva Almada não as reconstrói para resolver enigmas policiais, o que lhe interessa são os rastros deixados pelas ausências, os gestos cotidianos que sobreviveram ao crime, os afetos suspensos, pois

Nessa rede de violências, nada é óbvio: rastrear os modos de sua conexão é produzir sentido, porque visibiliza a maquinaria de exploração e extração de valor que implica níveis de violência cada vez maiores, e que tem um impacto diferenciado — e, por isso, estratégico — sobre os corpos feminizados. (Gago, 2020, p. 54)

Ao narrar essas vidas com atenção aos detalhes íntimos e ao contexto social de cada uma, a autora transforma o que seria apenas estatística em um incômodo constante para o leitor, exigindo que se reconheça o que essas ausências dizem sobre a persistência do feminicídio e da impunidade em nossos territórios latino-americanos.

Para que não morram novamente: a narrativa como lembrança forçada

Andrea Danne, uma jovem de 19 anos, loira, bonita e de olhos claros, foi assassinada na madrugada de 16 de novembro de 1986, em San José, província de Entre Ríos. A morte ocorreu em sua própria cama, enquanto dormia, com uma única punhalada no coração. A autópsia revelou que a morte foi quase instantânea, durando cerca de dois minutos devido à hemorragia, e não havia sinais de luta ou defesa em seu corpo. Selva Almada nos convida a ler o quarto de Andrea como uma cena de teatralidade mortífera: o lençol esticado, o corpo limpo, a ausência de luta. Há uma violência que se inscreve menos no golpe do punhal e mais na tentativa de apagar o vestígio da dor.

Andrea estava namorando e fazendo um curso de psicologia, cujos estudos eram pagos por seu namorado, Eduardo Germanier. Ela não desejava casar ou ter filhos, mas sim “ir embora” e buscar “outra coisa” (Almada, 2021, p. 56–57), pois não via futuro em sua cidade. A descoberta do corpo pela mãe, Gloria, foi caótica, com muitos parentes e curiosos entrando e saindo do quarto, o que levou a polícia a remover o corpo precocemente, impedindo registros fotográficos do cadáver no local. O caso foi marcado por diversas suspeitas e reviravoltas. Os próprios pais de Andrea foram considerados suspeitos. A calma de Gloria e o fato de ter ido ao cabeleireiro no dia seguinte ao crime foram interpretados como sinais de culpa pela comunidade. O pai, que fabricava facas, teve uma faltando em casa após o crime. Eduardo Germanier foi o primeiro suspeito devido ao seu ciúme e possessividade, mas sua intensa comoção ao ver o corpo ajudou a inocentá-lo. Na morte de Andrea, há um luto que não fecha porque foi edificado sobre o não dito, sobre o que a própria família se recusou a reconhecer.

María Luisa Quevedo, uma adolescente de 15 anos, desapareceu em 8 de dezembro de 1983, em Presidencia Roque Sáenz Peña, província do Chaco. Era chamada de “caseira”, mas o discurso moralizante logo a culpabilizou por ter amigas mais “vivas”, como se a escolha de socializar justificasse sua morte brutal. Seu corpo foi encontrado três dias depois, em um terreno baldio na periferia da cidade. Ela foi violada e estrangulada com o próprio cinto de couro. A investigação inicial foi dificultada pela recusa da polícia em levar o desaparecimento a sério, supondo que ela tivesse fugido com um namorado.

A família chegou a consultar uma vidente, que previu erroneamente que María Luisa estava viva e apareceria logo. O principal suspeito, apontado pela família, é Jesús Gómez, um empresário septuagenário e dono de uma empresa de ônibus. Ele era conhecido por preferir meninas muito jovens, e a família acredita que ele usou sua fortuna para comprar testemunhas e abafar o caso. Selva Almada resgata María Luisa não para romantizá-la, mas para reverter a lógica da culpabilização: a menina não “se perdeu” pelas más companhias; ela foi capturada por um sistema que não a via como sujeito, e que permitiu que o principal suspeito, um homem poderoso e velho, seguisse impune. Seu irmão, Yogui, transformou o luto em militância, tornando-se símbolo de um grito masculino que desafia o pacto patriarcal do silêncio.

Sarita Mundín, uma mulher de 20 anos, bonita, esbelta, de cabelo castanho e olhos verdes, desapareceu em 12 de março de 1988. Seus restos mortais foram encontrados em 29 de dezembro do mesmo ano, às margens do rio Ctlamochita, em Villa Nueva. Devido ao avançado estado de decomposição, não foi possível determinar a causa exata de sua morte. Sarita tinha um filho de quatro anos e morava com a irmã e sua mãe, que se recuperava de uma cirurgia. Ela havia se casado grávida aos 15 anos e, a pedido do marido, começou a se prostituir para ajudar nas despesas, tendo clientes de alto escalão e um amante corriqueiro, Dady Olivero, que pagava o aluguel da casa em que morava com a família.

Dady Olivero, a última pessoa vista com Sarita, foi o principal suspeito. Ele negou envolvimento alegando que o relacionamento havia terminado e que tinha um alibi confirmado por sua esposa. Como a causa da morte não pôde ser determinada, Olivero foi inocentado por falta de provas. A irmã, Mirta, e um dentista reconheceram os restos mortais, mas Mirta expressou dúvidas devido ao estado dos ossos e trapos. A mãe de Sarita nunca acreditou que os restos fossem de sua filha. Exames de DNA realizados anos depois deram negativo duas vezes. A mãe cogita que Olivero vendeu Sarita para uma rede de tráfico de mulheres.

Percebemos que Sarita é a mais ausente das três. Sua história é contada a partir de restos, ruínas e dúvidas: ossos que não se sabe se são seus, roupas que talvez não lhe pertençam, identidades que a própria mãe se recusa a reconhecer. A ausência de um corpo claramente identificado torna sua morte ainda mais simbólica: Sarita desapareceu como milhares de mulheres da América Latina, levadas pelo tráfico, pela violência íntima, ou pelo desaparecimento institucional. Assim como Priscila Belfort. Ao trazer à tona esse caso, Almada revela a face mais crua da intersecção entre gênero, classe e violência: uma mulher que não vale nada aos olhos do Estado não é apenas apagada, é também esquecida. Apenas a palavra escrita, impregnada de dúvida; dúvida e desejo, tenta resgatá-la do desaparecimento absoluto.

Até quando as mulheres serão reduzidas a nomes em laudos periciais, a rostos impressos em manchetes sensacionalistas, a corpos calados por uma violência que insiste em se repetir? A cada história narrada por Selva Almada em *Garotas mortas*, somos confrontados não apenas com os ecos de Andrea, María Luisa e Sarita, mas com a permanência de um sistema que permite, silencia e naturaliza o feminicídio. A escrita de *Garotas Mortas* é uma escrita que evita o grito e recusa a espetacularização da dor. Selva Almada fala de mortes violentas, mas jamais fetichiza o sangue ou se entrega à reconstituição de cenas de crime. Ao contrário: sua voz é discreta, tensa, hesitante, uma voz que respeita o silêncio das mortas e a incompletude das histórias.

Nem uma a menos: nem Andrea, nem Maria Luiza, nem Sarita... nem nenhuma de nós

Em sua narrativa, Almada prefere sugerir do que afirmar, recordar do que provar, e quando há buracos, ela os expõe: não os disfarça, não os preenche. Os silêncios, assim, passam a compor o texto tanto quanto as palavras. Ao narrar esses fragmentos, nos faz sentir não só a dor das ausências, mas a inquietação do que nunca saberemos, e talvez o verdadeiro horror esteja justamente aí, nesse silêncio espesso que paira sobre cada nome como uma névoa que se recusa a se dissipar.

Narrar essas ausências não é apenas um gesto de evocação memorial; é um ato ético de resistência à repetição do apagamento. Andrea, María Luisa e Sarita não são apenas vítimas de um tempo passado, são espectros de um presente que persiste em silenciar corpos femininos através da banalização da violência. Ao devolver-lhes a voz por meio da literatura, Selva Almada rompe o pacto da negligência social e interpela o leitor a escutar o que permanece nos interstícios do que foi apagado. Porque essas mortes não cessam quando o sangue seca: continuam

acontecendo toda vez que se naturaliza a impunidade, toda vez que se interdita a dor como denúncia, toda vez que se escolhe o esquecimento como conforto.

Nesse sentido, escrever sobre essas vidas interrompidas é um modo de impedir que elas morram mais uma vez. A literatura, quando atravessada pela urgência da escuta e pela recusa ao silêncio, se torna território de justiça simbólica, espaço onde o luto se transforma em linguagem e o trauma em presença. Dar voz às suas ausências é, portanto, um gesto político: narrar para que não as calem de novo, para que a história dessas garotas e de tantas outras não se percam na poeira das estatísticas ou na morbidez do noticiário. Porque enquanto houver quem conte, ainda haverá possibilidade de reexistência.

Falar dessas vidas ceifadas é uma forma de resistência, de interromper o ciclo de silenciamento e de desafiar a pedagogia da crueldade que torna cada assassinato um gesto exemplar de dominação. Que essas vozes continuem reverberando, não como espectros do passado, mas como testemunhos do que precisa urgentemente mudar. Porque enquanto houver silêncio cúmplice, haverá também a necessidade urgente de narrar para que nenhuma mulher morra de novo dentro da narrativa social que insiste em lhe apagar.

REFERÊNCIAS

A VÍTIMA invisível: o caso Eliza Samudio. Direção: Juliana Antunes. Roteiro: Carol Pires, Caroline Margoni. São Paulo: Netflix, 2024. Documentário (1h41min).

ALMADA, Selva. *Garotas mortas*. Tradução de Sérgio Molina. São Paulo: Todavia, 2021.

ALMEIDA, Daniella. Brasil registra 1.450 feminicídios em 2024, 12 a mais que ano anterior. *Agência Brasil*, 2025. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2025-03/brasil-registra-1450-feminicidios-em-2024-12-mais-que-ano-anterior>. Acesso em: 3 dez. 2025.

CASTRO, Susana de. Condescendência: estratégia patercolonial de poder. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

COUTINHO, Sarah. O que mostram os dados de feminicídios na Argentina. *Nexo Jornal*, 2025. Disponível em: <http://www.nexojornal.com.br/expresso/2025/01/30/dados-feminicidio-argentina>. Acesso em: 3 dez. 2025.

GAGO, Verónica. *A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo*. Trad. Igor Peres. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

PAREDES, Julieta. *Hilando fino*. Desde el feminismo comunitario. La Paz: Comunidad Mujeres Creando Comunidad, 2010.

SAFFIOTI, Heleieth. Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

THE Handmaid's Tale. *Women's Work*. Direção: Kari Skogland. Roteiro: Nina Fiore; John Herrera. Temporada 2, episódio 8. Estados Unidos: Hulu, 2018. 50 min. Legendas em português. Disponível em: Amazon Prime.

VEJA. Milei traça plano para eliminar feminicídio do Código Penal da Argentina. *Revista Veja*, São Paulo, 30 jan. 2025. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/mundo/milei-traca-plano-para-eliminar-feminicidio-do-codigo-penal-da-argentina/>. Acesso em: 4 dez. 2025.

VOLTA Priscila. Direção: Eduardo Rajabally. Pesquisa e conteúdo: Bruna Rodrigues. São Paulo: Disney+, 2024. Série documental, 1 temporada.

Recebido em: 20/01/2026

Aceito em: 15/07/2026

